

A “NOVA DIREITA” NO YOUTUBE: CONSERVADORISMO E NEGACIONISMO HISTÓRICO SOBRE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Geraldo Homero do Couto Neto¹

Resumo: O trabalho aqui realizado parte da constatação de que o *YouTube* é uma nova mídia social capaz de veicular diversas formas de pensar a história. Por isso, essa mídia assume importância significativa para o entendimento do cenário de negação da Ditadura militar brasileira, entre os anos de 2013 e 2018, na esfera pública. Para entendermos melhor esse processo, analisaremos dois **vídeos** da “nova direita” brasileira que abarcam o tema do Regime Militar. Tal estudo nos possibilitará uma reflexão acerca do papel do historiador frente a essas novas mídias, tendo em vista o seu grande poder de alcance de público, e aos desafios decorrentes das disputas em torno das memórias da Ditadura Militar brasileira na esfera pública.

Palavras-chave: ditadura militar brasileira; memória; conservadorismo; *YouTube*; história pública.

Abstract: The work done here starts from the realization that YouTube is a new social media capable of conveying various ways of thinking about history. Therefore, this media assumes significant importance for understanding the scenario of denial of the Brazilian military dictatorship, between 2013 and 2018, in the public sphere. To understand better this process, we will analyze two videos of the Brazilian “new right” that cover the theme of the Military Regime. This study will allow us to reflect on the role of the historian in the face of these new medias, in view of their great power of public reach, and the challenges arising from the disputes over the memories of the Brazilian Military Dictatorship in the public sphere.

Keywords: Brazilian dictatorship; memory; conservatism; YouTube; public history.

1. Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, na linha de pesquisa “Poder, Mercado e Trabalho”, com a pesquisa intitulada “(Des)fazendo História nas novas mídias: visões acerca da ditadura civil-militar brasileira em canais conservadores do *YouTube* (2013-2018)”. Bolsista do PBPG-UFJF. E-mail: geraldohomero6@hotmail.com.

Conservadorismo liberal à brasileira

Durante a redemocratização, em uma conjuntura favorável para a esquerda, as memórias a favor da ditadura não tiveram tanto espaço no debate público. Todavia, a partir das manifestações de junho de 2013, podemos notar um crescimento de discursos pró-intervencionistas, em um momento politicamente crítico para a esquerda brasileira, em que a direita, ou melhor dizendo, a nova direita, viu uma oportunidade de emergir.

Além de tender a um discurso “revisionista”, e até mesmo “negacionista” acerca da existência de uma ditadura no país, essa “nova direita” (PEREIRA, 2015, p. 886) tem como característica mais evidente o anticomunismo. Segundo Motta (2002), o anticomunismo tem suas matrizes no catolicismo, nacionalismo e liberalismo, o que poderia explicar a defesa incessante dessa nova direita no tripé “Deus, Pátria e Família”². Para Pierucci (apud PEREIRA, 2015, p. 886), a “nova direita” tem medo e se sente ameaçada pelos outros, primando por “diagnosticar a crise geral do presente como uma crise primeiramente cultural, uma crise de valores e de maneiras”, o que se configura na salvaguarda do Deus cristão e de valores familiares tradicionalistas, como a heteronormatividade e o binarismo de gênero, além de um patriotismo mesclado com liberalismo econômico. Além disso, os anos dos governos petistas testemunharam, segundo Luis Felipe Miguel (2018, p. 19), dois fenômenos principais: “O PSDB entendeu que seu caminho era liderar a direita, e a direita entendeu que havia espaço para radicalizar seu discurso”. Para a “nova direita”, a honra da família seria um elemento fundamental para o fortalecimento da sociedade. A crítica ao movimento LGBTQI+ e feminista é muito recorrente nos canais abordados, pois tais movimentos vão de encontro aos conceitos que alicerçam a noção conservadora de família tradicional (MICHELS, 2017, p. 14).

Um exemplo que nos ajuda a entender esse fenômeno é o fato de que, em 10 de julho de 2013, houve uma manifestação na cidade de São Paulo, intitulada “Marcha da família com Deus, em defesa da vida, da liberdade, da pátria e da democracia, contra o comunismo”³, exigindo intervenção militar no país. A marcha não teve muitos adeptos, mas foi compartilhada mais de 600 vezes⁴ no *Facebook*. Outra manifestação

2. Lema da Ação Integralista Brasileira (AIB), organização conservadora existente no Brasil entre os anos de 1932 e 1937, que continua a ser lema da Frente Integralista Brasileira (FIB), criada em 2005.

3. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/sp-marcha-em-defesa-da-liberdade-pede-volta-dos-militares-ao-poder,e5d130a67cacf310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>> Acesso: fev. de 2019.

4. Foto mais compartilhada no Facebook a favor da manifestação: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=507558965984544&set=a.182486821825095.45344.100001913350910&type=3&hc_ref=ARRnRcol6yS65BNq-TbhQdNa6JV2qOZSxEx-OXmt3NZbuFB1r1KM1mNYjjHdelQYtpdY> Acesso: fev. de 2019.

pró-intervenção militar⁵ ocorreu em 22 de março de 2014 e contou, segundo a Polícia Militar, com a participação de aproximadamente 500 e 150 pessoas, respectivamente, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. De acordo com a notícia publicada no site UOL⁶, os manifestantes pró-intervenção militar, em sua maioria, rememoram a ditadura como um período melhor do que o atual, além de possuírem um repúdio aos comunistas que, segundo eles, estariam governando o país. Assim como em 1964, essas manifestações de 2013 e 2014 também estavam desgostosas com os supostos comunistas no poder do país, evidenciando muito mais um imaginário anticomunista do que um entendimento acerca do que seja realmente o comunismo.

Em 2018, com a esquerda ainda mais fragilizada, essas memórias, até então sem vigor, continuam ganhando cada vez mais espaço na esfera pública, principalmente na mídia e nas redes sociais, visando a desqualificação da democracia. Um dado que evidencia este aspecto, demonstrado por uma pesquisa do DataFolha⁷, aponta que a taxa de apoio à democracia recuou em 2017 (56%) em comparação aos anos de 2016 (62%) e 2014 (66%). Segundo Pereira (2015, p. 888), há um elevado índice de pessoas que demonstram total desconhecimento sobre os eventos e processos em torno do golpe de 1964, deixando patente a ausência de ressonância, na esfera pública, das violências ocorridas durante a ditadura militar brasileira.

85

Uma nova mídia chamada *youtube*

Como Andreas Huyssen (2000) pontua, memória e história se tornaram consumos de massa e entraram efetivamente na indústria cultural. O *boom* desse interesse possibilitou diversas formas de recepção do passado pelos agentes sociais, assim como pôde gerar uma banalização do passado. Além disso, como afirma Malerba (2017, p. 141-143), esse aumento vertiginoso do público consumidor de memória pode ser explicado pelo surgimento dessas novas mídias, particularmente a internet, que expandiu a audiência e ampliou o conceito de autoria “colocando em xeque os modelos de legitimação do conhecimento e autoridade”.

Com o passado cada vez mais presente nas novas mídias, é necessário ficar atento aos usos que fazem dele, ou, nos termos de Todorov (1993), nos “abusos da

5. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/03/22/marchas-a-favor-e-contraintervencao-militar-reunem-centenas-em-sp-e-no-rio.htm>> Acesso: fev. de 2019.

6. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/03/23/marchas-reunem-defensores-e-opositores-da-ditadura-militar.htm>> Acesso: fev. de 2019.

7. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/10/1923930-apoio-a-democracia-recua.shtml>> Acesso: fev. de 2019.

memória”, os quais podem ocasionar usos problemáticos do passado pelo tempo presente. A memória também é submetida a “enquadramentos”, como afirma Pollak (1989), que determinarão o que será lembrado e o que será esquecido. Tal enfoque na memória nos permitirá entender como alguns atores sociais do *YouTube* escolhem relembrar os benefícios da ditadura, enquanto justificam os malefícios, como é o caso da repressão, censura, tortura etc.

Um fenômeno a ser destacado é o fato de que o advento da internet e do mundo digital subverteu “as bases da produção e circulação das narrativas sobre o passado” (MALERBA, 2017, 142). Portanto, pode-se dizer que, a partir da internet, passamos de uma era de escassez de fontes para uma de abundância das mesmas, o que gera, segundo Huyssen (2014, p. 155-176), uma onda de esquecimento público devido ao grande número de memórias sendo veiculadas nas novas mídias. Tal assertiva de Huyssen torna-se mais um problema para o historiador, uma vez que as guerras de memória nos fazem compreender, de forma mais analítica, as intrincadas afinidades entre História Pública e Mídia (PEREIRA, 2015, p. 869). Nesse sentido, para Malerba (2015, p. 27-50), é imprescindível que os historiadores considerem a esfera pública como um campo fundamental de atenção, reflexão, análise e, inclusive, participação, uma vez que é de suma importância a entrada efetiva dos historiadores nos debates que são de interesse público.

86

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁸, em 2016, 64,7% da população brasileira acima de 10 anos possui acesso à internet. Desse número, 76,4% alegam que utilizam a internet para assistir conteúdo audiovisual. Um levantamento⁹ feito pelo próprio *YouTube*, em julho de 2017, mostra que 95% da população brasileira, com acesso à internet, acessa a plataforma pelo menos uma vez por mês, além de que as pessoas com idade entre 18 e 49 anos preferem o *YouTube* a televisão a cabo. Também é importante ressaltar um outro dado emitido pelo site apontando que “87% (dos usuários) concordam que (o *YouTube*) é uma plataforma que permite o consumo de qualquer tipo de conteúdo, quando e onde quiser; 78% concordam que aqui é o lugar para encontrar os conteúdos mais autênticos”¹⁰.

Com uma linguagem acessível e rápida, essa nova mídia audiovisual possui uma influência significativa sobre a formação cultural, social e política das pessoas, e esse

8. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/brasil-tem-116-milhoes-de-pessoas-conectadas-a-internet-diz-ibge.ghtml>> Acesso: fev. de 2019.

9. Disponível em: <<https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/youtubeinsights/2017/introducao/>> Acesso: fev. de 2019.

10. Disponível em: <<https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/youtubeinsights/2017/de-play-em-play/>> Acesso: fev. de 2019.

fato não pode ser deixado de lado. Segundo os autores Jean Burgess e Joshua Green (2009), o *YouTube* é um exemplo de cultura participativa, ou seja, um espaço onde os espectadores são ativos na criação (requisitando pautas e assuntos aos canais) e na circulação de conteúdo (compartilhando em outras redes sociais). Portanto, tal participação, seja nos comentários aos vídeos seja em suas avaliações, torna o *YouTube* um espaço potente para disputas simbólicas e expressões pessoais, além do fato de que qualquer pessoa está apta a contribuir para a compreensão, produção e difusão do conhecimento histórico sobre o passado (MALERBA, 2017, p. 143).

Torna-se preciso, assim, refletir acerca da produção e disseminação das ideias aqui analisadas, principalmente pelo fato de estarem ligadas a uma vertente de pensamento crescente no debate público inserido no atual contexto sócio-político. Isso acaba por influenciar negativamente a memória nacional sobre temas de importância histórica para o Brasil, os quais, por vezes, são abarcados de forma rasa e revisionista, com constatações pouco embasadas e ligadas a cunhos ideológicos que visam enfraquecer as abordagens acadêmicas sobre o tema.

Por isso, o *YouTube* é uma ferramenta essencial para o entendimento da história pública brasileira, uma vez que ela abrange formas de transmissão de informações e aquisição de conhecimentos diversos. Muito mais do que uma mera diversão para jovens e adultos, o *YouTube* é um novo veículo midiático, social, cultural, educativo e político, tendo potencial significativo na formação e difusão de opinião.

É nítido, e cada vez mais crescente, o debate histórico travado por não profissionais de história em espaços não acadêmicos sobre assuntos cruciais para a democracia hoje. Isso traz grandes consequências ao ofício do historiador, assim como à importância do mesmo, uma vez que, como afirma Jurandir Malerba (2017, p. 136), o debate que vem sendo feito na atual historiografia opera na problematização do papel social do historiador frente a um academicismo de seus pares, o qual promove um afastamento do grande público.

A análise desse fenômeno, no âmbito do *YouTube*, contribui para os estudos sobre a inserção da história acadêmica na esfera pública, muito pelo fato de possuir uma importância crucial no tempo presente no que concerne à formação de opinião e às disputas de memória. Um dado do Fórum Brasileiro de Segurança Pública¹¹, divulgado em 2017, demonstra que o grau estimado de propensão ao apoio a posições autoritárias no Brasil é de 8,1 (de 0 a 10). Além disso, o estudo evidencia que, apesar de a agenda dos direitos civis, sociais e humanos ter grande aceitação por parte da população

11. MEDO da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil: índice de propensão ao apoio a posições autoritárias. Organizador: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/medo-da-violencia-e-o-apoio-ao-autoritarismo-no-brasil/>> Acesso: jan. 2019.

brasileira (índice de 7,83), ela convive com a valorização de figuras de autoridade e oposição ao diferente. Esse fato nos leva a pensar como a característica autoritária do país reflete na mídia de entretenimento massivo que o *YouTube* se tornou.

Portanto, concebe-se importante e relevante o tema abordado pelo fato de estarmos vivendo atualmente, no Brasil, a maior crise democrática desde a redemocratização. Exemplo disso foi o *tweet* do General Villas Bôas, em abril de 2018, às vésperas do julgamento do *habeas corpus* do ex-presidente Lula, afirmando que o Exército Brasileiro compartilhava os anseios dos cidadãos de bem em repúdio à impunidade e que estava atento às suas missões institucionais, reforçando uma índole moral e uma agenda anticorrupção, o que demonstra, assim, a volta dos militares à arena política¹². Outro exemplo foi o pedido de “intervenção militar já!”¹³ por alguns segmentos dos caminhoneiros grevistas, entre maio e junho de 2018, reafirmando ainda mais a instabilidade política vivenciada no país no decorrer destes cinco anos de crise da democracia liberal.

Assim posto, pode-se perceber que ainda há um amplo desconhecimento de certos setores da sociedade sobre a ditadura militar brasileira, muito por conta da falta de uma eficaz política de memória capaz de conseguir lembrar, de forma significativa, as diferentes faces desse período repressivo e contraditório (PERLATTO, 2017, p. 738). Por isso, é um desafio ainda maior para o historiador levar os conhecimentos recentes ao grande público, pelo fato dos mesmos não estarem mais ligados à dualidade “mocinhos” e “vilões”, “repressores” e “reprimidos”, mas a uma complexificação da História, em que a oposição “preto” e “branco” deixa espaço para a formação de uma “zona cinzenta”. Infelizmente, as contradições da ditadura militar brasileira levam os leigos a entendê-la a partir de um lado dos opostos, tornando-se imprescindível aos historiadores e estudiosos do período introduzir um conhecimento multifacetado referente ao tema.

Sendo assim, os historiadores têm de estar cientes que o espaço público está se tornando cada vez mais virtual, complexo e conectado. A democratização da informação e a ampliação das ferramentas de acesso ao mundo, se não forem bem utilizadas, podem nos levar à banalização do passado, como já mencionado. Essa tempestade de informação não pode nos fazer esquecer de interpretar e decompor esse conhecimento infinito sobre tudo e acessível para todos.

A análise proposta, de certo, pode contribuir na forma como os profissionais de história encaram essa nova realidade midiática, uma vez que, como Hagemeyer pontua,

12. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/02/politica/1522697550_276313.html> Acesso: fev. de 2019.

13. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/28/politica/1527542536_679526.html> Acesso: abr. de 2019.

as potencialidades da utilização dos meios audiovisuais para a edificação do saber histórico possibilitam que os historiadores “não apenas teorizem a respeito da história dos meios de comunicação e seu papel social, ou tomem registros audiovisuais como fonte para sua análise escrita, mas que eles próprios se utilizem dessas linguagens como forma de expressão do conhecimento histórico” (HAGEMeyer, 2012, p. 32).

Youtube como fonte

A utilização do audiovisual como fonte para o trabalho histórico, especificamente de vídeos do *YouTube*, exige do historiador a problematização do meio, contexto e recepção. Os vídeos a serem analisados na pesquisa são, de certo, um grande desafio, pelo fato de trazerem uma linguagem nova, geralmente uma pessoa gravando vídeos de opinião em suas próprias casas, sem mudança de cenário e sem artifícios exorbitantes de edição.

Tais tipos de vídeos ficaram conhecidos na mídia como “*Vlogs*” ou “*VideoLogs*”, ou seja, uma mudança do termo “*Blog*”, que teve como objetivo abranger uma nova forma de compartilhamento de ideias, através de vídeo, que surgiria com o *YouTube*. Como pontua Dornelles, “um *vlog* é uma espécie de canal de vídeo em que os *vloggers* compartilham suas respectivas produções audiovisuais. A grande maioria dos *vlogs* tem um formato de ‘diário pessoal em vídeo’” (DORNELLES, 2015, p. 13).

89

Esse tipo de obra audiovisual terá de ser analisada, portanto, de maneira diferente da convencionada pela análise de fontes audiovisuais como o cinema e os telejornais, pelo fato de se diferenciarem na forma. Para Marcos Napolitano (2006, p. 250), as análises feitas sobre grande mídia exigem uma reflexão mais problematizadora no que diz respeito não apenas as suas produções e linguagens envolvidas, como também à recepção dessas imagens pelos grupos sociais. Dessa forma, podemos dizer que essas três formas de análise podem servir de ponto de encontro entre o telejornal (grande mídia) e o *vlog* (nova mídia).

Diferente das obras cinematográficas que possuem análises históricas voltadas à linguagem, contexto, forma e conteúdo, os *vlogs* tem de ser analisados enquanto uma subdivisão do audiovisual, em que o conteúdo está mais presente que a forma e o discurso mais presente que a montagem. No cinema, a montagem ajuda a construir a narrativa; no *vlog*, a narrativa e o discurso ditam a montagem. Um exemplo disso é o *jump cut*, famoso na “Nova Onda” do cinema francês, com diretores como François Truffaut e Jean-Luc Godard. Esse recurso de edição visa cortar abruptamente uma cena, fazendo com que o assunto dê um salto enquanto o cenário e a cena permanecem os

mesmos. Ele é constantemente usado nos *vlogs*, porém, não como recurso narrativo, mas como um meio para deixar o vídeo mais rápido e menos cansativo durante as pausas de quem fala. Portanto, o *jump cut* é utilizado com finalidades distintas, mas que precisam de ser levadas em conta na hora da análise.

A análise do conteúdo dos vídeos levará em conta as imagens colocadas, as citações utilizadas, o embasamento teórico, o conteúdo exposto e omitido, os argumentos mobilizados para contrapor outras narrativas e o contexto em que os vídeos estão inseridos. De forma sucinta, utilizando uma frase de Anita Lucchesi (2013, p. 7), a pesquisa objetiva “fazer história através (Internet como ferramenta), a partir (Internet como Fonte) e com a Internet (a Internet como uma matéria que engendra a possibilidade de um novo método)”.

Uma memória, uma verdade?

90 O primeiro vídeo^{14*} a ser analisado, com o título *Ditadura? Meu pai te conta como foi*, pertence ao canal *eGuinorante*¹⁵ e foi publicado no dia 25 de setembro de 2017. Nele, o *vlogger* Guilherme Marques da Costa entrevista seu pai (cujo nome não é informado), o qual oferece uma “perspectiva de quem realmente estava lá”, em contraposição às pessoas que se baseiam nos “livros escritos pelo MEC”. O conteúdo exposto foi embasado a partir da visão de uma só pessoa, e o argumento mobilizado foi que o seu pai tem mais legitimidade para falar de um período pelo fato dele o ter vivenciado. Além disso, o *vlogger* considera mais correto utilizar o termo regime militar, em vez de ditadura militar, sempre utilizando aspas ao se referir à última.

Esse vídeo era o mais visto do canal *eGuinorante*, contando com pouco mais de dois milhões de visualizações, possuindo, aproximadamente, duzentos mil (94,6%) curtidas e mais de vinte mil comentários¹⁶. Ao pesquisarmos por “Ditadura” no dispositivo de busca do próprio *YouTube*, o vídeo aqui analisado era o quinto com o maior número de visualizações que constava nos resultados. Ele é dividido em 5 partes, que são as perguntas proferidas por Guilherme: “Como tudo começou”; “A vida

14. Vídeo disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=4ALWFNgVJyk> > Acesso: 29/07/2018.

* Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vYhnhSL1aRg> > Acesso: 10/02/2019

15. O canal *eGuinorante* foi retirado do ar em dezembro de 2018, devido à problemas com direitos autorais. Por conta disso, o vídeo aqui analisado não se encontra mais no link da nota de rodapé número 14. O canal foi refeito e encontra-se com, aproximadamente, trezentos e vinte e três mil inscritos (antes o canal tinha mais de um milhão de inscritos).

16. Todos esses números são referentes ao dia 01/11/2018.

após a tomada”; “Artistas, Músicas e Festivais”; “Empregos, Economia e a Indústria”; “Segurança, Bandidos e Violência”. Aqui nos aprofundaremos melhor nas partes um, dois, quatro e cinco.

Na primeira parte, *Como tudo começou*, o senhor começa por exprimir suas lembranças acerca do período, colocando em voga a questão de como tudo começou. Lança em sua argumentação uma tentativa de afirmação de um certo medo do comunismo no país, sendo João Goulart um presidente que “tinha uma característica comunista, assim, bastante carregada, porque ele era genro¹⁷ do Brizola. [...] Já existia naquela época uma espécie de bagunça, onde cada um queria tomar conta de alguma coisa”. Um exemplo disso, segundo ele, eram as diversas greves e escassez de alimentos que ocorriam em algumas áreas. No momento do golpe, ele tinha por volta de 14 anos de idade e estudava no SENAI, na cidade de São Paulo. A partir de suas recordações, rememora como foi o dia 31 de março de 1964, em que, indo para a escola, avistou o aparato militar sem nenhum tipo de violência, demonstrando, assim, que o golpe havia sido pacífico e harmonioso. Ele afirma:

Mas isso aí foi em 2, 3 dias já liberou. A única coisa que a gente notava muito é que nas rádios ficava tocando direto o hino nacional, o hino da bandeira, um hino do Exército Brasileiro. E não era uma coisa ruim, você não via ninguém bater em ninguém, tiros, ou qualquer coisa, foi uma tomada bem pacífica.

91

É preciso ressaltar, porém, o que a historiografia recente tem dito a respeito dos antecedentes de 1964. Jango havia encontrado um governo cambaleante economicamente, endividado interna e externamente e com as contas públicas descontroladas. O sistema parlamentarista “implantado às pressas, visava, na verdade, impedir que ele exercesse seus poderes” (FERREIRA, 2003, p. 348), apesar de o vice-presidente ser eleito separadamente nessa época, ao contrário do que acontece hoje. Isso, de certa forma, adiou o golpe dos que não se conformavam com sua posse, mas, ao mesmo tempo, acabou por frustrar os anseios dos nacionalistas de esquerda, de diferentes matizes, por reformas de base.

Portanto, personificar o comunismo em Jango, assim como evidenciar Brizola como cunhado de Goulart, é uma postura acrítica, como se isso justificasse o medo do comunismo no Brasil. Goulart, mesmo com um viés mais nacionalista do Partido Trabalhista Brasileiro, sofria diversas críticas da esquerda radicalizada brasileira, a qual tinha Brizola como principal liderança política. Segundo Jorge Ferreira, a euforia inicial da esquerda com a posse de João Goulart tornou-se, tempos depois, impaciência, pois:

17. Segundo um comentário do próprio eGuinorante no *YouTube*, seu pai não queria dizer “genro”, mas “cunhado”.

Afinal, estudantes, sindicalistas, artistas, intelectuais e esquerdas acreditavam que havia chegado a hora das reformas. No entanto, Goulart intitulou o primeiro ministério parlamentarista de ‘gabinete de conciliação’. Da impaciência, partiram para a acusação. A diretoria da UNE, militantes do CPC, a intelectualidade marxista, organizações revolucionárias, ativistas sindicais e muitos sargentos, de maneira similar outros grupos esquerdistas, passaram a exigir do presidente o fim da política de ‘conciliação’ com os conservadores. ‘Conciliação’, aliás, era o termo mais insultuoso entre eles naquele momento (FERREIRA, 2004, p. 191).

No que diz respeito à tomada pacífica do poder, podemos afirmar que não foi exatamente assim. Em diversas partes do país, houve revoltas a partir do anúncio da movimentação de tropas de Olímpio Mourão Filho em Juiz de Fora. Por exemplo, a polícia civil do Estado da Guanabara invadiu a sede da CGT, prendendo vários membros de sua diretoria (FERREIRA, 2004, p. 392), além de haver frotas de navios norte-americanos na costa do Rio de Janeiro, a qual ficou conhecida como “Operação *Brother Sam*”. Ainda segundo Jorge Ferreira, depois da suposta notícia da fuga do presidente Jango para Brasília, dia 1º de abril de 1964:

[...] dezenas de lacerdistas espancaram estudantes e incendiaram o prédio da UNE. Grupos paramilitares, partidários do governador [da Guanabara], também invadiram e depredaram as oficinas da Última Hora. A federação Nacional dos Estivadores, dos Marítimos e outras organizações sindicais também foram tomadas pelas forças golpistas. O Ministério do Trabalho, com sede na Guanabara também foi cercado pelos grupos lacerdistas. Milhares de pessoas foram presas (FERREIRA, 2004, p. 398).

92

É importante lembrar que Jango era um político pacífico, não sendo favorável, assim, à resistência violenta ao golpe, pois poderia desencadear uma guerra civil. Apesar do golpe ter tido apoio de uma parcela significativa da população, ele não foi pacífico em seu desenrolar. Houve resistência por parte de algumas camadas da sociedade civil e de certas divisões do Exército, além de certos movimentos sociais, sindicatos e das Ligas Camponesas.

Na segunda parte do vídeo, *A vida após a tomada*, Guilherme pergunta ao pai como foi viver naquela época - ir em shoppings, passear, sair na rua - questionando se as pessoas realmente “tomavam porrada, tomavam borrachada por qualquer coisa”. Seu pai responde que, quando saía na rua, via muitos carros da polícia rondando, algo que não se via antes. Segundo ele, a partir das dez horas da noite, existia uma espécie de toque de recolher:

[...] quer dizer, menores de 16 anos não poderiam ficar depois das dez horas ou da meia noite, eu não me recordo bem. E se ficassem teriam que mostrar a carteira de trabalho, que estava empregado, tal, se não, era recolhido para a delegacia, quer dizer, você não mostrava que trabalhava, né? Já tinha uma disciplina aí, né? Não ficava qualquer um na rua. E depois da meia noite, poderia ficar quem era maior de idade desde que devidamente documentado, principalmente com carteira de trabalho.

Segundo Albino e Paladino (2010), o toque de recolher é uma medida caracterizada pela limpeza social, isto é, pela “perseguição e criminalização de seres humanos, sob o manto de suposta proteção” (ALBINO; PALADINO, 2010, p. 12). É uma medida, portanto, incompatível com o Estado Democrático de Direito, uma vez que é marcada pela intolerância, discriminação e separação do diferente do convívio social. No caso do argumento do vídeo, o diferente/errado seria o desempregado, o que justificaria a suposta segurança apoiada pelo pai de Guilherme.

Já o argumento de Guilherme com relação à agressão do Estado ao cidadão por qualquer motivo, como se a Ditadura fosse um massacre constante do Estado sobre o cidadão - algo que, para ele, a esquerda defende - é equivocado, simplório e dissonante com o que a historiografia da ditadura pontua. Da forma dita no vídeo, parece que os professores de história ensinam esse tipo de conteúdo nas escolas brasileiras. Guilherme, de certo, pretende defender o ponto de vista de que a ditadura brasileira teria sido harmoniosa de maneira geral, esquecendo-se, ou querendo esquecer, das torturas e repressões do período. A violência, quando cometida pelo próprio Estado, é um crime contra a humanidade e uma ruptura com o Estado Democrático de Direito.

Na quarta parte do vídeo, *Empregos, Economia e Indústria*, o pai começa a argumentar que a oferta de empregos, assim como a sua estabilidade, era muito maior do que atualmente, tendo em vista que existia uma falta de mão-de-obra no país. Também destaca as conquistas trabalhistas nos governos militares (como, por exemplo, o FGTS), a criação da Embraer, a política habitacional do período (BNH) e a grande demanda de pedidos feitos à empresa onde ele trabalhava na época (a qual não menciona o nome), o que fez a mesma crescer por volta de 50%, podendo contratar mais funcionários por conta da grande demanda.

Como pontua o pai de Guilherme, houve sim criações significativas no governo militar, mas elas não ajudaram a diminuir a desigualdade social no país, pois, por meio do FGTS, o Estado retirou do trabalhador a possibilidade de reproduzir sua força de trabalho a partir da poupança forçada a juros, de certo, baixos, canalizando esse recurso ao empresariado (MELO, 2014, p. 93). Além disso, a partir da correção monetária, atualizou-se os preços dos aluguéis de forma que o salário não teve um aumento significativo (MELO, 2014, p. 94). Outro ponto a ser destacado é o fato de que o trabalhador de baixa renda não participava deste benefício imobiliário, o que fez crescer o número de casebres na periferia, além de fazer com que esse trabalhador tivesse que aumentar sua jornada de trabalho para poder se sustentar e construir sua própria casa (MELO, 2014, p. 96-97). Segundo Melo, essa conjuntura criou uma modernização excludente, pois:

O resultado da política habitacional a partir do sistema financeiro foi o atendimento da questão da casa própria a uma pequena parcela de setores da classe média e extratos superiores. Nesse sentido, notou-se o processo de constituição urbana sem progressividade na problemática habitacional popular, mas a hipervalorização nos preços dos terrenos, das casas e dos aluguéis. Tal situação impôs a modernização excludente nos assuntos habitacionais e urbanos no Brasil (MELO, 2014, p. 102).

Já na quinta e última parte, *Segurança, Bandidos e Violência*, o pai de Guilherme afirma que, na época, nunca ouvia falar de quadrilhas em favelas, e lembra que era possível ficar na rua sem medo, pois sempre havia um carro da polícia rondando a cidade. Segundo ele, “bandido mesmo a gente nem ouvia falar [...] era uma coisa impressionante a tranquilidade com que você poderia andar na rua”. Todavia, a taxa de homicídios, somente na cidade de São Paulo (onde Guilherme e seu pai moram), aumentou de 6, em 1960, para 36, em 1985, por cada 100 mil habitantes (GAWRYSZEWSKI; MELLO JORGE, 2000, p. 53). A título de comparação, essa taxa, em 2018, estava em 7,74¹⁸.

Por fim, a última frase do vídeo do canal *eGuinorante* é de Guilherme, que diz:

Não dá para você confiar em qualquer pessoa que sai falando de ‘ditadura’ sem ter vivido, sem ter passado nessa época. Geralmente se você estava levando borrachada, cacetada e tudo mais é porque você não estava fazendo alguma coisa que presta, alguma coisa de errado você estava fazendo. Agora todo mundo é santo, depois que passa, todo mundo é santo [...] não confie tanto assim no seu professorzinho de história que está de iPhone e com a camiseta do Che Guevara.

Esse é um discurso recorrente no cenário político atual em que a ditadura militar é vista a partir de novos olhares, a fim de subjugar a memória que, até então, era da resistência à ditadura. Tais pensamentos parecem estar presos no ponto de vista anti-comunista daquela época. Frases como “os militares fizeram o que deveriam ter feito para o Brasil não se tornar um país comunista”, ou, “a esquerda merecia ser torturada, eles eram terroristas” se repetem no debate público brasileiro.

Os “enquadramentos” de memórias, nos termos de Pollak, encontram-se no vídeo analisado, uma vez que eles ajustam a memória que querem contar a partir de um só indivíduo, de classe média, branco e heterossexual que, com certeza, não deve ser levado ao pé da letra, principalmente sobre um tema de tanta relevância para a historiografia brasileira. Isso não significa que ele não deva ser escutado, muito pelo contrário, tal depoimento ajuda em um entendimento mais complexo do que foi a ditadura no país. Citando Margalit: “a memória, então, é conhecimento que vem do passado,

18. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/taxa-de-homicidios-em-sao-paulo-e-sensacional-diz-governador-do-estado.shtml>> Acesso: ago. de 2018.

não é necessariamente conhecimento sobre o passado” (apud PEREIRA, 2015, p. 881).

Golpe ou contragolpe?

O segundo vídeo¹⁹ que abordaremos, intitulado *1964 e a versão que a esquerda escreveu da História*, é do canal *Maro Schweder* e foi publicado no dia 7 de abril de 2015. Esse vídeo conta com quase sessenta mil visualizações e foi o segundo de seu canal a conseguir mais de vinte mil visualizações. Além disso, ele tem 98,7% de aceitação e quase 650 comentários. Nele, Maro simplesmente fala para a câmera, sem fazer uso de cortes. É simples e direto, e seu discurso é mais proeminente que o enquadramento de câmera, que visa ressaltar sua prateleira de livros, dando ênfase a uma intelectualidade do locutor.

Sua temática se volta para a forma como se conta e escreve a história da ditadura militar brasileira, por ele referida como “regime militar” - e o golpe de 1964 como “contragolpe”. Para ele, a história desse período seria contada primordialmente pelos intelectuais e historiadores de esquerda que, em sua visão, teriam deturpado os “fatos históricos” e não contado o que realmente teria acontecido:

A história oficial, hoje, passa uma visão completamente errada do período conhecido como “ditadura militar” no Brasil 1964 à 1985. Isso porque quem deu a versão dos fatos sobre esse período da história brasileira foram historiadores da esquerda [...] vinculados ideologicamente ao PT. É claro que historiadores dessa linha ideológica haverão de puxar a brasa para a sua sardinha, farão uma visão e uma escrita tendenciosa sobre os acontecimentos.

95

Tal abordagem é preocupante, uma vez que generaliza o trabalho do historiador, colocando décadas de pesquisa científica e crítica das fontes como meros trabalhos mentirosos e partidários. Maro usa, ainda, falácias argumentativas para comprovar sua fala, como o *argumentum ad hominem*, criticando não o conteúdo historiográfico, mas os historiadores de modo geral que teriam, supostamente, “subvertido os fatos históricos”. Além disso, utiliza a falácia do *falso dilema*, ou *falsa dicotomia*, a qual vê somente dois lados extremos de uma conjuntura, afirmando que os militares seriam os éticos e os “esquerdistas” seriam os ditadores, corruptos e ladrões, com o objetivo de justificar a dualidade com um dos extremos. Assim sendo, ele afirma que os militares

19. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=t0c9-KGsgZQ> > Acesso: set. de 2018.

teriam salvo o país dos comunistas, algo que é sempre recorrente nesse tipo de argumentação revisionista. Em suas palavras:

Eu creio que nesses próximos anos a história brasileira vai ser revista, ela vai ser reescrita e a sociedade brasileira saberá a verdade sobre os fatos, pois os militares não são os monstros que foram descritos na história, eles são seres humanos e defenderam o Brasil em 1964 dos verdadeiros monstros comunistas, que teriam transformado o Brasil numa nova Cuba.

Segundo Motta (2000, p. 339), existia sim um medo do comunismo por parte dos líderes do golpe de 1964, mas isso não implica a não aceitação de certas manipulações por parte dos anticomunistas, que divulgavam uma imagem deformada e uma caricatura aterrorizante dos comunistas “no intuito de levantar contra eles a indignação popular” (MOTTA, 2000, p. 339). Além disso:

A manipulação maior, sem dúvida, foi passar para a população a versão de que haveria risco de uma revolução comunista iminente, quando na verdade os grupos conservadores bem informados consideravam a hipótese de um possível golpe presidencial com apoio comunista, cujos desdobramentos ninguém tinha condições de prever com exatidão. A derrubada de Goulart foi uma ação preventiva para evitar um processo de radicalização esquerdista, o qual, eventualmente, poderia beneficiar os comunistas. Entretanto, foi apresentado um quadro bem mais dramático à sociedade, para facilitar a mobilização. Os líderes do golpe tinham uma avaliação imprecisa da extensão da “ameaça comunista”, apesar de acreditarem nela. Ainda assim, se esforçaram para convencer o público de que os “bárbaros estavam à porta” (MOTTA, 2000, p. 340).

96

Tais elucidações de Motta nos ajudam a entender de forma mais complexa os processos históricos do período, além de demonstrarem uma grande investigação científica acerca do anticomunismo e de suas raízes e atuações no âmbito político-social. Contragolpe, portanto, não deve ser a denominação utilizada, uma vez que o golpe se deu sem uma real ameaça de tomada de poder por parte dos “comunistas” brasileiros.

Maro crê que os militares são “seres humanos que têm valores, dignidade e que têm ética em primeiro lugar”. Apesar de generalista, isso não está necessariamente errado. Porém, o ponto principal a ser destacado, em relação à ação dos militares, é a política ditatorial de Estado implementada no governo daquele período. Essa alegação de Maro distorce e justifica o que se passou, idealizando um passado de tortura e repressão (PEREIRA, 2015, p. 883). Para Mateus Pereira (2015) essas narrativas justificam práticas e ideologias que permanecem até os dias de hoje, em que a impunidade:

[...] em relação aos crimes praticados pelo Estado durante o período de 1964-1985 é

o principal motor que faz com que essa “comunidade de memória” persista, cresça e se transforme e, sobretudo, que não sinta ou manifeste remorso ou culpa e, por consequência, não aceite nem reconheça qualquer tipo de erro (PEREIRA, 2015, p. 884).

Maro ainda afirma que a Comissão da Verdade, a qual estava em atividade no momento em que o vídeo foi publicado, deveria ser revista, pois estaria repleta de mentiras:

A tal da Comissão da Verdade, que hoje está aí, que não passa de “Comissão de Mentira” da esquerda, que visa transformar os militares mais em monstros do que eles já são, precisa ser derrubada, eliminada, e todos os dados que foram levantados e as “versões” históricas que estão agora sendo articuladas e inventadas, precisam ser eliminadas. Uma nova Comissão da Verdade precisa ser feita.

Podemos dizer que há diversos fatores que favoreceram esse tipo de pensamento no imaginário brasileiro atual. Para Pereira (2015), cabe ressaltar três: a difusão da internet, a presença no poder de um partido com certas políticas de esquerda e a constituição de uma Comissão da Verdade. Ao contrário do que acredita Maro, não é por acaso termos uma Comissão da Verdade, sem punições, quase trinta anos após a “abertura lenta e gradual” da ditadura. É, de certo, corriqueiro existirem comissões com o objetivo de avaliar e punir crimes de ditaduras por todo o mundo, como foi o caso da Argentina, que instaurou os trabalhos de sua comissão logo após o fim do regime autoritário, tendo realizado mais de 400 condenações. No Brasil, porém, a CNV foi uma política de memória com pouco clamor popular e com pouca visibilidade e ação pública.

97

A incapacidade de inscrição desses eventos traumáticos na memória do país está relacionada à falta de ressonância deles na esfera pública. Além disso, o pouco clamor popular dessas memórias pode estar relacionado diretamente com o desconhecimento popular sobre o período. Como pontua Pereira (2015), somos incapazes de nomear os eventos e pensá-los como criadores de uma memória compartilhada. Uma alternativa, assim, poderia ser a “projeção política da memória e da verdade no espaço público, muito além de recordações de grupos ou indivíduos” (PEREIRA, 2015, p. 890).

Sem poder punitivo, a CNV criou espaço para debates, definiu os crimes dos criminosos e deu nome aos infratores e acusados. Teria sido necessário, ademais, um pedido de desculpas por parte das Forças Armadas, “além do reconhecimento de sua responsabilidade em relação aos crimes cometidos durante a ditadura, tal como sugerido pelo relatório final da Comissão da Verdade” (PEREIRA, 2015, p. 893).

Apesar disso, ainda vivemos tempos com memórias cinzentas e dissonantes

sobre a história brasileira no período da ditadura militar. O dever do historiador é se atentar para esses processos e tentar, ao máximo, inserir no debate público uma “justa memória”, isto é, uma memória salvaguardada de abusos e esquecimentos, para que dissonâncias autoritárias, revisionistas e/ou negacionistas sejam minguadas da disputa, tendo em vista o perigo que oferecem os grupos que “com base em lógicas de justificação e dissimulação [...] pretendem extrapolar, estender, manipular e, no limite, negar o poder de veto das fontes” (PEREIRA, 2015, p. 895).

Considerações finais

Como Motta pontua (2016, p. 326), é imprescindível ao historiador considerar que estamos em um período de grande curiosidade pública a respeito do passado, “mas, com frequência, esse público contenta-se com versões superficiais e/ou pitorescas sobre personagens e eventos históricos”. Motta ainda afirma que esse fenômeno se tornou um “nicho de mercado editorial e cultural” e, a partir do estudo aqui realizado, também podemos dizer que se tornou uma forma de beneficiar determinados grupos e canais do *YouTube*, tendo em vista a possibilidade de alcançar mais audiência e engajamento.

98

Tais canais se beneficiaram de um discurso polarizador na esfera pública, mais especificamente nas mídias sociais. Segundo Ruud Koopmans (2004), os discursos polarizadores tendem a ter mais visibilidade e ressonância na esfera pública pelo fato de não serem, em sua grande maioria, consensuais e/ou legítimos, o que gera debate e focalização do assunto em questão, como foi visto nas eleições presidenciais de 2016 nos EUA e, mais recentemente, no ano de 2018, aqui no Brasil.

Ao analisar as manifestações por mais empregos na Alemanha, no pós-queda do muro de Berlin, Koopmans (2004) as compreende como manifestações legítimas, pois estavam ligadas ao consenso, isto é, a maioria das pessoas concordavam. Porém, quando as manifestações passam a ter um caráter mais marcante, perdem sua legitimidade. O vídeo²⁰ do canal *Meteoro Brasil* sobre polarização política exemplifica bem essa questão: antes, quando se gritava “queremos mais empregos”, era legítimo; depois, quando se começou a proferir “Emprego alemão, para trabalhador alemão”, as palavras de ordem não formavam mais consenso, criando polarização e debate; ao final,

20. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=voSQGNPpgko>> Acesso: nov. de 2018.

quando alguns manifestantes começaram a erguer os braços em alusão à saudação nazista, o movimento perdeu força, e as manifestações contrárias deflagraram-se, defendendo “não ao racismo, não ao terror”. Portanto, como pontua Koopmans, tudo aquilo que polariza uma sociedade sempre tem uma legitimidade questionável pelo fato de não ser consenso.

O que se percebe no *YouTube* é, dessa forma, sintomático desse fenômeno, uma vez que o debate sobre a ditadura militar não é consenso, gerando muita ressonância e polarização na esfera pública. A questão da ditadura militar brasileira encontra-se em uma corda bamba, onde podem tornar-se ou não consensuais/legítimos os revisionismos firmados por esses canais e/ou pelo restante da internet. Percebe-se que a grande maioria dos canais conservadores tem um percentual de aceitação muito grande, além de terem extrema legitimidade para falar com as pessoas que os assistem. Nos comentários, percebemos um elevado índice de parabenizações aos vídeos e um alto engajamento por parte do público, que ajudam, ainda mais, na ressonância deste tipo de visão sobre a ditadura e na sua crescente legitimação²¹.

O engajamento por parte do público é de suma importância para compreendermos a influência desses vídeos no pensamento coletivo da *internet* acerca de temas variados. *Influencer* digital é o termo usado, pela mídia em geral, para caracterizar não só os canais conservadores do *YouTube*, como também todos os “formadores de opinião” da internet. O perigo aqui analisado encontra-se nas opiniões revisionistas e negacionistas sobre a história, que favoreceram o surgimento de um conteúdo conservador voltado para a História, o qual é bastante consumido pelo público. Um exemplo deste novo nicho de consumo é o *Brasil Paralelo*²², que cobra mensalidade para os usuários terem acesso a conteúdos de cunho documentarista e histórico. O *Brasil Paralelo* cresce a partir do momento em que é referendado por grandes canais conservadores e/ou liberais como, por exemplo, *Nando Moura* e *Mamaefalei*. Em dezembro de 2018, eles iriam lançar um episódio, dessa vez gratuito, com o título “Mitos e Verdades: A História do Regime Militar”²³.

Tal polarização fez crescer o número de inscritos desses canais, suas visualizações e o engajamento por parte de seu público. Diversos canais surgem nesse período e se disseminam a partir de eventos políticos nacionais. Por exemplo, os vídeos mais assistidos de Maro Schweder são os que ele comenta sobre política, sendo publicados

21. Cabe ressaltar que Koopmans afirma que um assunto ter grande legitimidade não significa, necessariamente, que ele seja correto e/ou verdade.

22. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dVjuS0JY-Pk>> Acesso: nov. de 2018.

23. O que ocorreu, na verdade, foi o lançamento de um documentário intitulado “1964: O Brasil entre armas e livros”, lançado em 2 de abril de 2019. Esse documentário já conta com mais de seis milhões de visualizações no *YouTube* e merece ser analisado com dedicação exclusiva em uma outra oportunidade, pelo fato de ser a segunda obra audiovisual sobre a ditadura mais vista no *YouTube* brasileiro.

geralmente no mesmo dia dos acontecimentos, o que alimenta a procura por tais conteúdos por parte dos espectadores.

Outra forma de disseminação é através do apoio mútuo que esses canais mantêm entre si. Um exemplo disso é o do canal *Nando Moura*²⁴ que, em um vídeo²⁵ publicado no dia 30 de maio de 2016, cita Maro Schweder como um grande historiador e entendedor do período da ditadura brasileira. A partir disso, podemos perceber uma grande massa de novos inscritos²⁶ no canal de Maro, principalmente nos primeiros dias do mês de junho. No mês posterior à citação de Nando Moura, pode-se notar um aumento de mais de 15,6 mil inscritos no canal de Maro, o mais alto alcançado pelo canal. Nesse mesmo mês, o número de visualizações também foi o maior, chegando a ter mais de um milhão.

Alguns historiadores pensam que a Lei da Anistia não teria feito o que era necessário, o que impediu a criação de uma memória compartilhada e justa sobre a ditadura militar brasileira. Outros pensam que a Comissão da Verdade incendiou o debate público e favoreceu o crescimento dessas ressonâncias de memória. O problema, porém, encontra-se inevitavelmente no debate público. Agora, mais ainda, nas novas mídias sociais, tornando-se necessário que os historiadores se engajem em maneiras de introduzir o debate acadêmico para fora da academia. Como afirma Pereira (2015, p. 869), a internet é um “veículo de memória [...], em especial por trazer os conflitos de/pela(s) memória(s) para o espaço público”. Assim, segundo o autor:

os conflitos de memória, para terem certa memória compartilhada, necessitam da intervenção de um terceiro, a fim de que o dissenso seja parte do conviver com a pluralidade. Cabe sempre destacar que as disputas de memória são também disputas de poder, em especial os conflitos em torno de um “passado” que ainda é atual, como é o caso da Ditadura Militar brasileira. (PEREIRA, 2015, p. 889).

O que vemos atualmente na *internet*, em especial no *YouTube*, é uma grande disputa pelo discurso histórico. Há um discurso revisionista e/ou negacionista que pretende descrever os fatos como definitivos e verdadeiros, distribuindo os papéis determinantes aos atores históricos: os militares como os protetores da nação contra uma iminente ameaça comunista, e os guerrilheiros de esquerda como a ameaça de implementação de uma ditadura comunista no país.

24. O canal de Nando Moura é significativo por ser o maior canal conservador-liberal do Brasil, com mais três milhões de inscritos, por isso não foi analisado aqui, uma vez que esse canal merece uma abordagem mais centrada e completa.

25. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hMga8k50FRk>> Acesso: nov. de 2018.

26. Dado retirado do site: <https://socialblade.com/youtube/channel/UCKSfUkYtc3wGCSSOoBbNUHA> Acesso: nov. de 2018.

Ainda segundo Pereira (2015), é imprescindível que o historiador pense a crítica histórica como mediadora tanto do debate público quanto das diversas guerras de memória, com o objetivo de restituir o passado de sentido e oferecer opções éticas e mais justas de memória. Portanto, confiar radicalmente em seu público seria uma ameaça para os historiadores, uma vez que implicaria a eles “desistirem completamente de seu poder e influência, outorgando ao público ‘determinar o futuro da história pública’” (GARDNER apud MALERBA, 2017, p. 145).

Isso demonstra que estamos vivendo um momento crítico para a *História* do e no país. Esse movimento crescente no *YouTube* é sintomático para entendermos o alcance dessas ideias autoritárias e conservadoras da ditadura no Brasil. Em contrapartida, há um movimento de reação, por parte não só da esquerda militante, mas também de acadêmicos, em busca de informar a população, de forma séria, sobre variados temas históricos, sociológicos, econômicos, políticos, culturais, etc. Podemos citar, por exemplo, os canais: *Leitura Obrigahistória*, *Meteoro Brasil*, *Tese Onze*, *Quadro em Branco*, *Saia da Matrix*, *Mimimidias*, *Nerdologia*, *Xadrez Verbal*, *Antídoto*, *Boitempo TV*, *Jones Manoel*, *Henry Bugalho*, dentre outros. Ainda não é um movimento tão grande em comparação com os canais da nova direita, mas está crescendo. O importante é sua função de contrabalanceamento, uma vez que ajuda na criação de um pensamento crítico com relação tanto ao passado quanto ao presente.

101

Infelizmente, a História está sofrendo um descrédito em meio à população. Os historiadores estão perdendo seu papel enquanto mediadores de memória. Em uma conjuntura em que a História é vista como manipuladora ou doutrinadora, precisamos urgentemente rever nosso papel enquanto pesquisadores, acadêmicos, educadores, cidadãos e/ou militantes. O âmbito da História Pública nunca esteve tão em voga e carente de atenção, como também nunca esteve tão abatido e desfavorável aos historiadores. Precisamos ocupar os espaços públicos, físicos e digitais para reaver a credibilidade da nossa disciplina enquanto exercício científico, crítico e legítimo. O futuro é nebuloso? Sim, mas temos duas opções antes de começar a chover: ou nos escondemos para nos proteger, ou começamos a plantar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua: **YouTube e a Revolução Digital**, São Paulo, Aleph, 2009.

DORNELLES, Juliano Paz. **O fenômeno Vlog no Youtube**: análise de conteúdo de Vloggers brasileiros de sucesso. Diss. (Mestrado) – Faculdade de Comunicação

Social, Pós-Graduação em Comunicação Social. PUCRS: Porto Alegre. 2015.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas.

Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p.181-212 – 2004.

GAWRYSZEWSKI, Vilma Pinheiro; JORGE, Maria Helena Prado de Mello. Mortalidade violenta no Município de São Paulo nos últimos 40 anos. **Rev. bras. epidemiol.** [online]., vol.3, n.1-3, 2000.

HABERMAS, Jürgen. Sobre o emprego público da história. In: **A Constelação Pós-Nacional**. São Paulo: LiterraMundi, 2001, p.37-52.

HABERMAS, Jürgen: **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAGEMEYER, Rafael. **História & audiovisual**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012

HUYSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**: Culturas do passado-presente modernismos, artes visuais, políticas da memória. São Paulo: Contraponto, 2014.

_____. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

102

KOOPMANS, Ruud. Movements and Media: Selection Processes and Evolutionary Dynamics in the Public Sphere. **Theory and Society**. 2004.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**. Paz e Terra: São Paulo, 2016.

LUCCHESI, Anita. História e historiografia digital: diálogos possíveis em uma nova esfera pública. **XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal - RN, 22-26 de julho 2013.

MALERBA, Jurandir. “Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital”. **Revista Brasileira de História**, v.37, n.74, 2017, p.135-154, 2017.

_____. “Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História? uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre *Public History*”. **História da Historiografia**, n.15, 2014, p.27-50.

MELLO, Wanderson Fábio de. A ditadura, a questão da moradia e a modernização excludente: Roberto Campos em defesa do Sistema Financeiro da Habitação. **Verinotio**. N. 17, ano IX, abr/2014.

MICHELS, Róger de Souza. O discurso conservador brasileiro nas novas mídias digitais e a honra da família: uma leitura à luz de Wilhelm Reich. **VI Jornada de Pesquisa em Psicologia** – PSI UNISC: Pesquisa e Tecnologia na Psicologia Atual. 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. (Org.) GALLEGO, Esther Solano. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. Os lugares dos historiadores e da história na sociedade brasileira. **História da Historiografia**, v.22, p.321-335, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. Historiografia, memória e história do regime militar brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.23, p.193-196, nov. 2004 b.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos da Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, p. 863-902, set/dez, 2015.

PERLATTO, Fernando. História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 30, no 62, p. 721-740, setembro-dezembro, 2017.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Buenos Aires: Paidós, 1993.